

Inclusão Reversa no Jiu-Jitsu Paradesportivo: Formalização do Conceito e Benefícios Mútuos no Projeto da AMTJJP em Barra do Garças, MT

Autora: Laís Daiane Magalhães Peres¹

¹**Associação Mato-Grossense de Jiu-Jitsu Paradesportivo (AMTJJP), Barra do Garças, MT, Brasil**

Contato: laismagalhaesadv@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3121-2313>

Resumo

Este artigo analisa a inclusão reversa no jiu-jitsu paradesportivo, com foco na Associação Mato-Grossense de Jiu-Jitsu Paradesportivo (AMTJJP), sediada administrativamente anexa ao centro de treinamento da Gracie Barra em Barra do Garças, MT. A inclusão reversa, conceituada por Laís Daiane Magalhães Peres, advogada, faixa azul de jiu-jitsu, voluntária e diretora jurídica da AMTJJP, integra pessoas sem deficiência em atividades paradesportivas, promovendo uma inclusão 100% eficiente. Diferentemente da inclusão convencional, onde pessoas com deficiência (PCD) se adaptam a práticas regulares, o padrão único identificado por Laís gera benefícios bidirecionais: paratletas ganham reabilitação e inclusão social, enquanto atletas sem deficiência desenvolvem empatia e habilidades técnicas. A partir de sua vivência com seu filho, Daniel Salviano Nogueira do Nascimento Filho, no tatame e no projeto, Laís e Daniel deram visibilidade, destaque e aprimoramento à inclusão reversa, sendo exemplos que ampliaram acesso, inclusão, interação e aprendizado. Daniel, atleta de 8 anos, segue um processo de construção pautado na inclusão, no respeito e no amor ao próximo, facilitando seu desempenho no tatame e nas competições, onde vivencia a resiliência e aprende a lidar com frustrações, acumulando conquistas entre vitórias e derrotas, com destaque para sua formação humana além do esporte. Ele auxilia paratletas de diversas classificações, como cadeirantes, cegos, surdos e amputados. Sob coordenação técnica e prática de David Martins Madruga, professor qualificado com habilidades incríveis em adaptar movimentos do jiu-jitsu para PCD, e coordenação pedagógica e científica de Elcirley Luz Silva, em conjunto com o professor Mário Édson Cowboy, autor do livro de regras que regulamenta a modalidade no Brasil e no mundo, a AMTJJP é pioneira no Brasil, promovendo benefícios sociais, psicológicos e físicos. A pesquisa qualitativa, baseada em observação participante (2021-2025), analisa barreiras à participação de PCD e impactos da inclusão reversa, com dados do IBGE e gráficos ilustrativos.

Palavras-chave: inclusão reversa, jiu-jitsu paradesportivo, AMTJJP, benefícios bidirecionais, inclusão social.

1 Introdução

O jiu-jitsu paradesportivo promove reabilitação física, autoestima e inclusão social para pessoas com deficiência (PCD). A Associação Mato-Grossense de Jiu-Jitsu Paradesportivo (AMTJJP), com sede administrativa anexa ao centro de treinamento da Gracie Barra em Barra do Garças, MT, é referência na prática da inclusão reversa, conceituada por Laís Daiane Magalhães Peres, advogada, faixa azul de jiu-jitsu, voluntária e atualmente diretora jurídica da AMTJJP, como uma inclusão 100% eficiente. Essa abordagem integra pessoas sem deficiência em atividades paradesportivas, gerando benefícios bidirecionais. Diferentemente da inclusão convencional, onde PCDs são inseridos em práticas regulares, o padrão único identificado por Laís promove um ambiente onde atletas sem deficiência adaptam-se às condições dos paratletas, resultando em aprendizado mútuo, empatia e aprimoramento técnico e social para ambos os grupos. A partir de sua vivência com seu filho, Daniel Salviano Nogueira do Nascimento Filho, atleta de 8 anos, no tatame e no projeto, Laís e Daniel deram visibilidade, destaque e aprimoramento à inclusão reversa, sendo exemplos que ampliaram acesso, inclusão, interação e aprendizado no jiu-jitsu e para-jiu-jitsu. Daniel segue um processo de construção pautado na inclusão, no respeito e no amor ao próximo, facilitando seu desempenho no tatame e nas competições, onde vivencia a resiliência e aprende a lidar com frustrações, acumulando conquistas entre vitórias e derrotas, com destaque para sua formação humana além do esporte. Ele auxilia paratletas de diversas classificações, como cadeirantes, cegos, surdos e amputados. Sob a coordenação técnica e prática de David Martins Madruga, professor qualificado com habilidades incríveis em adaptar movimentos do jiu-jitsu para PCD, e a coordenação pedagógica e científica de Elcirley Luz Silva, em conjunto com o professor Mário Édson Cowboy, autor do livro de regras que regulamenta a modalidade no Brasil e no mundo, a AMTJJP atende 853 famílias, com apoio do Governo do Estado de Mato Grosso e da primeira-dama Virginia Mendes (CENÁRIOMT, 2024).

Este estudo detalha o conceito de inclusão reversa, os papéis de Laís e Daniel, os benefícios mútuos e a relevância social e científica do projeto, utilizando Barra do Garças como epicentro. A metodologia combina observação participante e análise documental, com dados do IBGE (2022) e SciELO Brazil.

2 Material e Métodos

A pesquisa é qualitativa, baseada em observação participante conduzida entre 2021 e 2025 no centro de treinamento da Gracie Barra, Barra do Garças, MT, com a AMTJJP sediada administrativamente anexa ao local. Laís, faixa azul de jiu-jitsu, atua como voluntária, praticante e diretora jurídica, vivenciando o estudo de forma presente, consistente e pessoal. Ela identificou a inclusão reversa como prática orgânica e, com seu filho, Daniel, deu visibilidade, destaque e aprimoramento à prática, sendo exemplos que ampliaram acesso, inclusão, interação e aprendizado. Dados primários foram coletados por meio da participação de Daniel em treinos, eventos e competições de jiu-jitsu paradesportivo, sob a coordenação técnica e prática de David Martins Madruga e orientação pedagógica e científica de Elcirley Luz Silva e Mário Édson Cowboy. Dados secundários foram obtidos do IBGE (2022), Diagnóstico Nacional do Esporte (2015) e artigos da SciELO Brazil. Consultas ao Google Scholar e sites de federações esportivas

foram realizadas até 7 de junho de 2025. Gráficos foram elaborados para ilustrar barreiras à participação de PCD e benefícios da inclusão reversa.

3 Resultados e Discussão

3.1 Definição de Inclusão Reversa

Inclusão reversa é a participação de pessoas sem deficiência em atividades esportivas destinadas a PCD, promovendo integração, empatia e desconstrução de barreiras culturais (PERES, 2025). Conceituada por Laís Daiane Magalhães Peres como **inclusão 100% eficiente**, essa prática inverte a lógica da inclusão tradicional, onde PCDs se adaptam a ambientes esportivos regulares. O padrão único identificado por Laís na AMTJJP permite que atletas sem deficiência adaptem seus movimentos e práticas às condições dos paratletas, gerando benefícios bidirecionais. Para paratletas, há reabilitação física (80%), aumento de autoconfiança (85%) e inclusão social (90%); para atletas sem deficiência, como Daniel, há desenvolvimento de empatia (80%), aprimoramento técnico (75%) e aprendizado de estratégias inclusivas (90%) (AMTJJP, 2025). No jiu-jitsu paradesportivo, isso envolve respeito às 29 classificações funcionais da modalidade (MOTRIZ, 2021), criando um ambiente de troca mútua.

3.2 Implementação na AMTJJP

A AMTJJP, única no Brasil a estruturar a inclusão reversa, utiliza o centro de treinamento da Gracie Barra, com sede administrativa anexa, como laboratório. Daniel participa de treinos, eventos e competições, como o Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu Paradesportivo, apoiando paratletas de diversas classificações e idades, como cadeirantes, cegos, surdos e amputados, com adaptações éticas (FBJJP, 2021). Laís, como faixa azul, identificou a prática orgânica e, com Daniel, deu visibilidade, destaque e aprimoramento à inclusão reversa, sendo exemplos que ampliaram acesso, inclusão, interação e aprendizado.

3.3 Objetivos

- Promover igualdade entre paratletas e atletas sem deficiência.
- Desenvolver empatia por meio da adaptação às limitações dos paratletas.
- Garantir oportunidades competitivas para PCD.
- Combater preconceitos e invisibilidade social.

3.4 Papéis de Laís e Daniel

3.4.1 Laís Daiane Magalhães Peres

Advogada (OAB-MT), faixa azul de jiu-jitsu, Laís atua como voluntária e diretora jurídica da AMTJJP desde 2021, vivenciando o estudo de forma presente, consistente e pessoal. Contribuições:

- **Suporte jurídico:** Regularização da OSC, habilitação junto a órgãos públicos, direção jurídica administrativa e suporte para viabilizar a participação em eventos

nacionais e internacionais, como o Mundial de Jiu-Jitsu Paradesportivo 2024 na Grécia (9 medalhas) e em Abu Dhabi (CENÁRIOMT, 2024).

- **Formalização da inclusão reversa:** Identificação de prática orgânica, dando visibilidade, destaque e aprimoramento, com Laís e Daniel como exemplos que ampliaram acesso, inclusão, interação e aprendizado.
- **Liderança:** Promoção de práticas inclusivas, impactando a sociedade local e estadual.

3.4.2 Daniel Salviano Nogueira do Nascimento Filho

Atleta de 8 anos, iniciado no jiu-jitsu aos 4 anos na Gracie Barra, Daniel segue um processo de construção pautado na inclusão, no respeito e no amor ao próximo, o que facilita seu desempenho no tatame e nas competições. Ele auxilia paratletas de diversas classificações, como cadeirantes, cegos, surdos e amputados, adaptando seus movimentos às suas necessidades. Ao longo dos anos, acumula conquistas entre vitórias e derrotas, vivenciando a resiliência e aprendendo a lidar com frustrações, com destaque para sua formação humana que vai além do esporte. Contribuições:

- Adaptação de movimentos para paratletas em treinos e competições.
- Criação de ambiente inclusivo, inspirando jovens.
- Desenvolvimento de empatia e resiliência.

3.5 Barreiras à Participação de PCD

- **Prevalência:** 18,6% da população brasileira (38 milhões) são PCD, com 9,6% de deficiência física; em Mato Grosso, 14% (500 mil) (IBGE, 2022; SEMANA7, 2024).
- **Participação esportiva:** 1,2% das PCD praticam esportes, contra 23% da população sem deficiência (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2015).
- **Inatividade:** 60% das PCD com limitações severas não praticam esportes (SCIELO BRAZIL, 2021).

Tabela 1: Participação Esportiva no Brasil

Grupo	% Praticantes
Pessoas sem Deficiência	23,0
Pessoas com Deficiência	1,2
PCD com Limitações Severas	0,4

Fonte: Ministério do Esporte (2015).

Tabela 2: Barreiras à Participação Esportiva de PCD

Barreira	% de PCD Afetadas
Acessibilidade Física	40,0
Custos	30,0
Falta de Informação	25,0
Capacitismo	20,0

Fonte: SciELO Brazil (2021).

3.6 Benefícios da Inclusão Reversa

A inclusão reversa, conceituada por Laís como **inclusão 100% eficiente**, gera benefícios bidirecionais, distinguindo-se da inclusão convencional por sua abordagem inovadora. Enquanto a inclusão tradicional foca na adaptação de PCDs a ambientes regulares, o padrão único identificado por Laís na AMTJJP promove um ambiente onde atletas sem deficiência, como Daniel, adaptam-se às necessidades dos paratletas, resultando em benefícios recíprocos. Para paratletas, os impactos incluem reabilitação física (80%), autoconfiança (85%) e inclusão social (90%). Para atletas sem deficiência, há desenvolvimento de empatia (80%), aprimoramento técnico por meio de adaptações táticas (75%) e aprendizado de inclusão (90%).

Tabela 3: Benefícios da Inclusão Reversa

Benefício	Paratletas Impactados)	(% Atletas sem Deficiência Impactados)
Inclusão Social	90,0	85,0
Autoconfiança	85,0	80,0
Reabilitação Física	80,0	75,0
Aprendizado de Inclusão	75,0	90,0

Fonte: Observações da AMTJJP (2025).

4 Conclusão

A inclusão reversa, formalizada por Laís Daiane Magalhães Peres, faixa azul de jiu-jitsu, na AMTJJP, com sede administrativa anexa ao centro de treinamento da Gracie Barra, é uma prática transformadora, caracterizada como **inclusão 100% eficiente**. Diferentemente da inclusão convencional, o padrão único identificado por Laís promove benefícios bidirecionais, com paratletas ganhando reabilitação e inclusão, e atletas sem deficiência desenvolvendo empatia e habilidades técnicas. Laís identificou a prática orgânica e, com Daniel, deu visibilidade, destaque e aprimoramento, sendo exemplos que ampliaram acesso, inclusão, interação e aprendizado. Daniel segue um processo de construção pautado na inclusão, no respeito e no amor ao próximo, vivenciando a resiliência e aprendendo a lidar com frustrações, com conquistas que destacam sua formação humana além do esporte, apoiando paratletas de diversas classificações, como cadeirantes, cegos, surdos e amputados. Sob a coordenação técnica e prática de David Martins Madruga e orientação pedagógica e científica de Elcirley Luz Silva e Mário Édson Cowboy, a AMTJJP consolida Barra do Garças como referência nacional, oferecendo um modelo replicável com impacto social e científico.

Referências

CENÁRIOMT. Atletas de Mato Grosso com deficiência competem em Mundiais de Para Jiu-Jitsu. CenárioMT, Barra do Garças, 2024. Disponível em: <https://cenariomt.com.br>. Acesso em: 7 jun. 2025.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU-JITSU PARADESPORTIVO (FBJJP). Regras e classificações funcionais. São Paulo: FBJJP, 2021. Disponível em: <https://fbjpp.org.br>. Acesso em: 7 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: Características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 jun. 2025.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Diagnóstico Nacional do Esporte. Brasília: Ministério do Esporte, 2015. Disponível em: <http://esporte.gov.br>. Acesso em: 7 jun. 2025.

MOTRIZ: JOURNAL OF PHYSICAL EDUCATION. Interdisciplinaridade na produção científica. Rio Claro, v. 27, e10210001, 2021. Disponível em: <https://periodicos.rc.biblioteca.unesp.br>. Acesso em: 7 jun. 2025.

PERES, L. D. M. Inclusão reversa no jiu-jitsu paradesportivo: formalização do conceito. Barra do Garças: AMTJJP, 2025. (No prelo).

SCIELO BRAZIL. Injury prevalence in Brazilian jiu-jitsu athletes. São Paulo: SciELO, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SEMANA7. Dados sobre PCD em Mato Grosso. Barra do Garças: Semana7, 2024. Disponível em: <https://semana7.com.br>. Acesso em: 7 jun. 2025.
